CAPÍTULO VIII

Disposições finais e complementares

Artigo 42.º

Dispensa de equipas multidisciplinares nos projectos das operações de loteamento

De acordo com o disposto na alínea a), do n.º 3, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 292/95, de 14 de Novembro, e sem prejuízo das situações previstas na lei, os projectos das operações de loteamento são dispensadas da constituição de equipas multidisciplinares nos seguintes casos:

a) Quando a área integrada na operação de loteamento destinada a habitação ou a outros fins for igual ou inferior a 10.000 m² e o número de fogos a erigir for igual ou inferior a 20;

b) Quando a área integrada na operação de loteamento, destinada a comércio/serviços, for igual ou inferior a 10.000 m² e a área de construção for inferior a 2.000 m²;

c) Quando a área integrada na operação de loteamento, destinada a fins industriais, ou de armazenagem for igual ou inferior a 10.000 m².

Artigo 43.º

Telas finais

1 — Para efeitos do preceituado no n.º 4 do artigo 128.º do RJUE, o requerimento de licença ou autorização de utilização deve ser instruído com as telas finais do projecto de arquitectura e com as telas finais dos projectos de especialidades que, em função das alterações efectuadas na obra, se justifiquem.

2 — As telas finais destes projectos deverão ser apresentadas em suporte digital para além do suporte papel.

3 — As telas finais devem ser acompanhadas de uma memória descritiva e justificativa, bem como dos termos de responsabilidade dos autores dos projectos.

4 — As telas finais devem ser acompanhadas de uma memória descritiva e justificativa, bem como dos termos de responsabilidade dos autores dos projectos. Estas devem reproduzir com exactidão a obra executada representando nas cores convencionadas as alterações introduzidas.

5 — A memória descritiva deve descrever todas as alterações verificadas relativamente ao projecto inicialmente aprovado.

6 — Caso a obra executada coincida com o projecto inicial, poderá dispensar-se a apresentação das telas finais, desde que requerido e o técnico responsável apresente a respectiva declaração de conformidade.

7 — Não pode ser emitida qualquer autorização de utilização sem que tenha sido apresentado o projecto definitivo, constituído pelas telas finais e memória descritiva referidas nos números anteriores.

Artigo 44.º

Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento, que não possam ser resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação de lacunas, serão submetidos para decisão dos órgãos competentes, nos termos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 45.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação na II.ª série do *Diário da República*.

Artigo 46.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento consideram-se revogados os: “Regulamento das Taxas pela Concessão de Licenças de Execução de Obras Particulares e de Utilização de Imóveis e Edifícios” e “Regulamento das Taxas pela Realização de Infra-estruturas Urbanísticas e Concessão de Licenças de Loteamento”, aprovados pela Assembleia Municipal em 30/12/1993 e 25/02/1994, respectivamente, bem como todas as disposições de natureza regulamentar, aprovadas pelo Município de Barcelos, em data anterior à aprovação do presente Regulamento e que com o mesmo estejam em contradição.

Aviso n.º 24065/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º, em conjugação com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro,

com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04 de Junho e por meu despacho de 2007.11.20 vai proceder-se à abertura do período de discussão pública relativa à operação de alteração ao lote n.º 1, do loteamento sito no L. Fraião, freguesia de Tamel S. Veríssimo, concelho de Barcelos, titulado pelo alvará de loteamento e obras de urbanização n.º 024/2000, de 18.07.2000, em que é requerente Eduardo Jorge Ribeiro Dos Reis, contribuinte n.º 128442549, durante o período de 15 dias, com início no dia seguinte à publicação deste aviso no *Diário da República*.

O processo de alteração ao referido alvará, encontra-se disponível para consulta nos dias úteis das 09 horas às 15,30 horas, na Secretaria da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Barcelos.

27 de Novembro de 2007. — O Vereador, no uso de delegação de poderes, *Manuel Carlos Costa Marinho*.

2611068853

CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE**Aviso n.º 24066/2007****Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior assessor/arquitecto — nomeação**

Para os devidos efeitos se torna público que, em cumprimento do despacho de 27 de Novembro de 2007, e na sequência do concurso aberto por aviso datado de 6 de Junho de 2007, foi nomeado para o lugar de técnico superior assessor/arquitecto, o candidato:

Carlos Alberto Gomes de Carvalho 15,55 valores

Mais se torna público que o candidato nomeado deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia)

27 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.

2611068972

Aviso n.º 24067/2007**Concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de técnico superior principal/geografia — Nomeação**

Para os devidos efeitos se torna público que, em cumprimento do despacho de 28 de Novembro de 2007, e na sequência do concurso aberto por aviso datado de 18 de Outubro de 2007, foi nomeado para o lugar de técnico superior principal/geografia, o candidato:

António Joaquim Oliveira das Neves — 15,71 valores

Mais se torna público que o candidato nomeado deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia)

28 de Novembro de 2007 — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.

2611069325

CÂMARA MUNICIPAL DO BOMBARRAL**Aviso n.º 24068/2007****Nomeação de um Pedreiro Principal**

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do D. L. n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro torna-se público que por meu despacho de 20 de Novembro, nomeei definitivamente no lugar de pedreiro principal o candidato, José de Jesus Gomes, na sequência do concurso acima referido, aberto por aviso n.º 16/2007 — GGRH, afixado nos lugares de estilo no dia 04/07/2007. O nomeado deve tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. Isento de fiscalização prévia, nos termos do artigo 114.º, n.º 3, alínea c), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

20 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luis Alberto Camilo Duarte*.

2611069091